



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Dos Sres. Helder Salomão e Ivan Valente)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir o alto índice de suicídios e transtornos psicológicos entre profissionais de segurança, bem como as medidas que estão sendo adotadas pelo Governo Federal para enfrentar esse problema.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para discutir o alto índice de suicídios e transtornos psicológicos entre profissionais de segurança, bem como as medidas que estão sendo adotadas pelo Governo Federal para enfrentar esse problema. Sugerimos os seguintes convidados :

1. Representante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - GEPeSP
2. Representante da Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Policiais e Bombeiros Militares Estaduais – Anaspra;
3. Representante do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP
4. Cel Ibis Pereira
5. Cecilia Minayo, pesquisadora da Fiocruz
6. Representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp;
7. Representante do Conselho Nacional de Comandantes Gerais da Polícia Militar e dos Corpos de Bombeiros Militares – CNCG
8. Representante do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil – ConCPC

JUSTIFICAÇÃO

Conforme consta do Boletim de Notificações de Mortes Violentas Intencionais e Tentativas de Suicídios entre Profissionais de Segurança no Brasil, lançado recentemente pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o número de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

suicídios entre profissionais de segurança aumentou 112% entre 2017 e 2018. Também foi constatado aumento na quantidade de casos de homicídios seguidos por suicídios, especialmente entre policiais civis. São Paulo e Rio de Janeiro foram os Estados com maior quantitativo de suicídios consumados, homicídios seguidos de suicídios e tentativas de suicídios que são, na grande maioria das vezes, praticados com o uso de armas de fogo, o que alerta para o risco que o acesso a esse instrumento representa.

São muitos os estudos e as notícias veiculadas pela imprensa que apontam para situações de adoecimento dos profissionais de segurança em virtude do risco e da pressão envolvidos nas atividades que desempenham.

Em 2018, policiais civis e militares cometeram mais suicídios do que morreram em serviço, segundo dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, lançado na última terça-feira. Foram 104 suicídios no país, o equivalente a dois policiais mortos a cada semana.

Segundo artigo recente de O Globo¹, aumento de suicídios entre policiais não é um fenômeno brasileiro. Estudo da Ruderman Family Foundation mostrou que mais policiais morreram por suicídio do que no exercício da profissão nos Estados Unidos. Em 2017, 140 policiais tiraram suas vidas e 129 morreram em serviço. Os pesquisadores alertaram que o suicídio é resultado de uma combinação de transtornos mentais, incluindo depressão e estresse pós-traumático. Naquele país, a taxa de suicídio entre policiais é de 17 casos a cada mil habitantes. Para um cidadão comum, cai para 13.

Ainda segundo o Globo, um estudo ainda inédito da Ouvidoria da Polícia de São Paulo, com previsão de lançamento para o fim deste mês, revela que a maioria dos suicídios no estado é cometida por policiais da base das corporações — soldados, cabos, sargentos e subtenentes, no caso da Polícia Militar; e investigadores, papiloscopistas, agentes, escrivães, entre outros, no da Civil —, com idade entre 30 e 45 anos. Em 85% dos casos, o objeto usado é a arma de fogo.

Entre 2010 e 2012, um grupo de psicólogos da PM com pesquisadores do Grupo de Estudo e Pesquisa em Suicídio e Prevenção (GPeSP), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), investigou a questão através de uma pesquisa com policiais militares.

Entre as conclusões, um dado impressionante: no Rio, os PMs têm quatro vezes mais chances de cometer suicídio em comparação à população civil.

Por outro lado, com a aprovação da Lei do SUSP, em 2018, foi determinada a criação de um Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública, com objetivo de “elaborar, implementar, apoiar, monitorar e avaliar, entre outros, os projetos de programas de atenção psicossocial e de saúde no trabalho dos profissionais de segurança pública e defesa social, bem como a integração sistêmica das unidades de saúde dos órgãos que compõem o SUSP”.

Tal Programa deve ser formulado e implementado pela Senasp, que também é responsável

¹ Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/suicidio-de-policiais-supera-mortes-em-operacoes-no-pais-aponta-relatorio-23950319?utm_source=aplicativoOGlobo [Acessado em 16/09/19].



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

por assegurar o cumprimento de outro novo dispositivo legal: a determinação contida na nova lei do Fundo Nacional de Segurança de que entre 10% e 15% dos recursos desta fonte sejam aplicados em programas habitacionais e de melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública.

Visando conhecer melhor o cenário da saúde mental dos profissionais de segurança, bem como o planejamento da Senasp para atuação e investimento em medidas sobre o tema é que se faz necessária a realização da Audiência acima requerida.

Sala das Sessões, 24 de setembro de 2019

Helder Salomão

PT/ES

Ivan Valente

Líder do PSOL